

FORMAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DA ELITE POLÍTICA MODERNA NA GUINÉ-BISSAU: CONTINUIDADES E RUPTURAS (1910-1999)¹

Carlos Cardoso
carlos.cardoso@codesria.sn

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar a formação e a reconstituição da elite política guineense, pondo em evidência os momentos de continuidade e de ruptura que marcaram este processo e privilegiando uma perspectiva histórica tanto quanto possível, centrada nos marcos que conformaram e continuam a conformar o espaço político guineense.

A abordagem que pretendemos adoptar aproxima-nos do paradigma da escolha racional ou da interacção estratégica, que postula que as variáveis políticas contam mais do que as outras para a compreensão dos processos de transição, isto é, que a "abertura" ou a liberalização dos regimes autoritários se torna incompreensível sem um olhar sobre a luta travada entre os diversos grupos e facções no seio do Estado, e onde a acção estratégica das elites, o talento, a habilidade política dos líderes, são decisivos para pensar o momento da mudança do regime e compreender as divergências de trajectória.

I. PROCRANDO A GÉNESE DA ELITE POLÍTICA MODERNA

A história de formação da elite política guineense, que remonta ao início do século XX, é feita de continuidades e de rupturas. Ela é marcada, essencialmente, por três momentos importantes: 1) a implantação efectiva do colonialismo 2) o fim da luta armada e os primeiros esforços de construção nacional e 3) a vaga de liberalização dos inícios dos anos 80, que culminou com a abertura ao pluralismo político nos inícios dos anos 90.

¹ Texto provisório da comunicação a ser apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16 a 18 de Setembro de 2004, elaborado com o apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

1. Dos primeiros contactos à implantação da administração portuguesa

À chegada dos primeiros europeus à Costa da Guiné, os povos autóctones encontravam-se organizados em grupos étnicos, possuindo cada um o seu “chão”, uma organização social e política própria e uma economia de subsistência que lhe garantia uma relativa autonomia material.

Do ponto de vista de organização política, podemos identificar dois traços que marcavam estas sociedades: 1) fraca estratificação e hierarquização políticas 2) baixo nível de centralização do poder político.

Porém, elas cedo se relacionaram com outros povos e grupos étnicos, cuja organização económica, social e política apresentavam características diferentes. A mais importante desta organização política foi o império mandinga do Gabú que se tinha estabelecido como um centro tributário do Império do Mali em 1250. O império tinha uma elite política própria, os *Niantos*.

Com a implantação das estruturas de Estado moderno na colónia, e graças à política assimilacionista praticada pelo colonialismo português, são criadas condições que permitem a sobrevivência da elite política das ditas sociedades tradicionais, mas há uma ruptura no processo de constituição de unidades políticas de grande dimensão, susceptíveis de “produzir” elites que correspondessem à envergadura dos novos espaços políticos. Por outras palavras, as estruturas do Estado moderno não foram capazes de integrar a elite política tradicional no novo espaço político. Salvo raras excepções, a implantação destas estruturas fez-se pela via de confrontação directa, por vezes militar.

Entre o início da implantação definitiva do colonialismo português (finais do século XIX e inícios do século XX) verificou-se um desenvolvimento paralelo entre aquilo que se podia encarar como a consolidação de uma elite política “tradicional” e o processo de nascimento de uma elite política “moderna”. Esta elite claramente deslocada dos tecidos sociais autóctones talvez explique os problemas políticos estruturais da contemporaneidade guineense.

A formação da elite política guineense moderna está ligada, assim, a dois factos históricos importantes e indissociavelmente ligados: 1) a implantação definitiva do Estado colonial português e 2) a integração de uma camada de origem africana nas estruturas, instituições e dinâmicas sócio-políticas da colónia. Esta evolução pode ser historicamente situada a partir da segunda metade do século XIX.

2. Os primeiros ascendentes das elites guineenses

As primeiras elites que se constituíram em consequência de contactos entre guineense e europeus na Costa da Guiné formam os ascendentes remotos da elite política moderna.

Brooks (1987) constatara o aparecimento, ainda no século XVII, de um grupo de “lusó-africanos” e africanos que se tinham destacado como parceiros no comércio com os europeus, alguns deles até com uma grande autonomia e exercendo um papel de liderança nos lugares em que praticavam o comércio.

A concentração de luso-africanos, grumetes e um número decrescente de portugueses contribuiu para reforçar o sentido de identidade deste grupo. Isto tornou-se evidente nos casamentos endogâmicos, complementados por alianças com comerciantes caboverdianos e oficiais do exército.

Dentre este grupo de pessoas, havia muitos de origem caboverdiana, devido ao facto de, durante muito tempo, o pessoal da administração e das Forças Armadas não ter sido proveniente directamente da metrópole, mas sim das ilhas. R. Pélissier chegou a chamar a Guiné “a ‘colónia’ de uma colónia” (Pélissier, 1989: 27).

Este facto vai condicionar a formação das elites da Guiné em termos da sua composição, fazendo-a nascer com uma ligação umbilical a Cabo Verde e aos caboverdianos, ligação esta que se estendeu pelo menos até primeira metade do século XX.

Os empreendimentos e as ambições desta camada eram, porém, de uma relativa modéstia, encontrando-se os seus elementos dispersos por centros isolados um do outro, ligados entre si por navegação à vela e à remo, para além de a sua posição face às populações circundantes ter sido precária.

Se por um lado se pode aceitar a tese de George Brooks segundo a qual teriam sido os luso-africanos a criar a Guiné “portuguesa, não é menos verdade que devido ao abandono a que Portugal votou esta colónia, pelo menos até aos anos 70 do século XIX, esta camada não pôde desenvolver-se para lá de determinados limites que a própria situação económica e política lhe impunha.

Em termos de estratificação social, a sociedade africana colonial da segunda metade do século XIX caracterizava-se por linhas de clivagem em volta de várias camadas sociais, entre as quais se destacavam os *mulatos* (descendentes de um europeu e de uma africana) e os *mestiços* (de mãe guineense e de pai caboverdiano). Muitos oriundos de Cabo Verde ocupavam o topo da pirâmide e formavam o núcleo dos designados por *creoulos*. A seguir vinham os africanos cristãos ou *gurmetos*.

É a este conjunto populacional que vamos dedicar uma parte considerável das linhas que se seguem, tentando tornar intelegível o processo que conduziu à sua elitização.

3. O período moderno e sua influência na formação do espaço político moderno

O processo de elitização na Guiné é indissociável da implantação definitiva do sistema colonial. Esta implantação está por sua vez ligada a alguns factos históricos, que passamos a analisar.

A impressão causada na opinião pública metropolitana pelas derrotas sofridas no campo militar, nomeadamente a de Bolôr em 1878, obrigou o governo a prestar mais atenção aos negócios da Guiné. Pensou-se desde logo em conceder-lhe autonomia administrativa a dotá-la com meios suficientes para completar a ocupação militar².

² Pelo decreto de 21 de Maio de 1892, a província de Guiné foi constituída em *distrito militar autónomo*, tendo apenas um concelho em Bolama. As povoações e as regiões de Bissau, Cacheu, Geba e Buba foram convertidas em comandos militares.

Esta autonomia teve o seu início com a publicação da carta de lei de 18 de Março de 1879, que, entre outros, determinava que o território da Guiné Portuguesa formasse uma província independente de qualquer outra; que o seu governo, tivesse a sede na ilha de Bolama.

Na verdade, a ocupação efectiva do território da Guiné começou com a organização do seu governo autónomo. E com ela começou a história moderna da Guiné.

Por estas razões, chegamos a admitir como marco de nascimento do espaço e da elite políticos guineenses o que René Pélissier considera o fim do período “cabo-verdiano” da Guiné, o ano de 1879³, data em que o território é proclamado “Província da Guiné”.

Hoje, admitimos que a formação do espaço político se dá cerca de meio século mais tarde, aproximadamente por ocasião da constituição da Liga Guineense em 1910. A provar a génese deste espaço está um conjunto de actividades de pessoas como José Gomes Araújo, Juiz do Povo, bem como os de Henrique Lopes Cardoso e Juvenal Cabral, pai de Amílcar Cabral, ele próprio descendente de António Juvenal da Costa Cabral.

O nascimento do campo político e o embrião de uma elite política não estão necessariamente ligados à luta pela conquista da independência, como admitem alguns trabalhos (MacQueen 1998, Furtado 1997). O nascimento do espaço político na Guiné não está aliás ligado ao nacionalismo, pelo menos na sua acepção de luta pela independência nacional.

Tal como constatou Johnson para o caso do Senegal, o nacionalismo não é necessariamente “a chave do passado político africano” (Johnson, 1991: 10). Outras influências tais como a política de assimilação, o urbanismo, as elites e a religião, tiveram tanta importância quanto o nacionalismo na origem da vida política moderna da Guiné-Bissau.

Como fez notar Furtado inspirando-se em Bourdieu, o campo político é um campo de lutas simbólicas, por excelência, onde se encontram em confronto profissionais de representação. Isto é aqueles que procuram, em confronto, impor uma determinada visão do mundo, uma dada *Weltanschauung* (Furtado 1997). Foi isso que muitos proeminentes actores sociais fizeram durante algum tempo na Guiné.

Normalemente, quando se fala de espaço político ele é entendido na sua acepção moderna, isto é ligado a um poder nacional e centralizado. Esta acepção é redutora, uma vez que coloca fora da história e de qualquer consideração historiográfica os povos cuja forma de organização política desconhecem esta centralização e cujo território não corresponde aos limites reconhecidos como nacionais.

³ A data precisa desta proclamação é 18 de Março de 1879, através de um decreto de desanexação, passando a sua administração a ser independente da de Cabo Verde e passando Bolama a ser a capital da nova província.

Antes da colonização, havia espaços políticos locais, consubstanciados, entre outros, no poder e nas relações de poder das autoridades locais, frequentemente designadas de étnicas ou gentílicas, bem como nas relações que estas estabeleciam entre si. A fim de reconhecer estas limitações convencionamos usar o conceito de espaço político “moderno”, reconhecendo todas as vicissitudes que a utilização de uma tal adjectivação encerra.

No nosso caso, o espaço político é um conceito cuja génese está ligada à implantação das estruturas e instituições coloniais. Interessa-nos analisar os factores inovadores que surgiram no plano político e institucional que nos permitem falar do nascimento do espaço político moderno, sendo um deles a estabilização e supremacia do poder colonial⁴. Do mesmo modo, o fim das grandes unidades políticas africanas, nomeadamente o império de Gabú é outro factor que, numa perspectiva histórica de *longue durée* terá contribuído para o nascimento de um espaço político moderno.

O conceito de espaço político aqui proposto não se esgota, porém, nos aspectos relacionados com a implantação (provisória ou definitiva) do poder colonial e sua respectiva contestação pelas populações locais. Os conflitos podem ocorrer numa variedade de espaços políticos, isto é na família, clans, igreja, nas associações de distrito, no mercado, em grupos locais de entre-ajuda, associações de pais e professores (Tripp, 1998).

Por outro lado, a política não é prerrogativa de partidos políticos, nem de uma elite baseada nos centros urbanos. Política envolve negociações, acomodações, e lutas pelo acesso aos recursos, poder e influência. Ela permeia interações sociais e abarca todo o espaço político. De acordo com Adrian Leftwich, a política consiste em todas as actividades de cooperação e conflito, dentro e entre sociedades, em que se envolve a espécie humana, obtendo, usando, produzindo e distribuindo recursos no curso da produção e reprodução da sua vida social e biológica (Leftwich 1983 & Tripp 1998).

As actividades desenvolvidas por certos actores sociais a partir dos finais do século XIX princípios do século XX na Guiné são ilustrativas destas interações, por vezes conflituais, outras vezes de cooperação, entre indivíduos habitando o mesmo espaço físico e cujos objectivos visavam, em última instância, o bem estar de cada um e/ou do grupo que representam. Esta interação que assume contornos específicos teve como base um conjunto de mudanças sociais e administrativas que ocorreram na Guiné enquanto colónia de Portugal.

Ao começar o século XX a situação geral da província de Guiné podia considerar-se relativamente satisfatória na opinião dos representantes do Estado colonial português. A trégua de alguns anos nas lutas com os Papeis e outros grupos étnicos autóctones havia contribuído para um decidido progresso no movimento comercial, favorecido pela fixação de algumas firmas estrangeiras.

Entre 1900 e 1903 as autoridades coloniais tinham adoptado um conjunto de providências legislativas e administrativas que criaram um novo quadro para a actuação dos actores emergentes, designadamente dos africanos. Este processo de

⁴ Não confundir com domínio total e completo, que só se dá nos anos 30 com a vitória sobre a resistência bijagó.

reforma administrativa foi prosseguido nos anos subsequentes, de harmonia com a nova legislação que se ia promulgando na metrópole.

Estas alterações nos estatutos da colónia veio facilitar o crescimento e desenvolvimento de uma camada assimilada ligada à administração colonial, a tal ponto que podemos dizer que em 1907 a Guiné dispunha de uma nomenclatura própria.

No mesmo período, desenvolvia-se, muito embrionariamente, um espaço público onde começaram a manifestar-se e a articular-se os interesses de certos grupos sociais, a começar pelos próprios portugueses que se encontravam na colónia, mas igualmente de africanos, quer estivessem eles ligados à administração colonial ou não. Após a campanha de Bissau, algumas figuras tinham-se notabilizado em negociações para um entendimento dos Papeis com as autoridades portuguesas.

As actividades destes actores conduziram à criação, em Dezembro de 1910, da **Liga Guineense**. Os seus membros protagonizaram diligências incessantes no sentido de exigir do governo português uma maior actividade escolar com vista à elevação do nível cultural dos guineenses, tendo por isso sido vista como uma associação escolar, educativa e de ajuda mútua que deixou marcos na vida sócio-cultural da colónia. O grupo dos seus membros era sobretudo constituído por pequenos comerciantes, artífices e trabalhadores marítimos, na maioria de Bissau e Bolama.

A Liga foi dissolvida em 1915 porque, segundo os dizeres da portaria de extinção, o governo chegara à conclusão de que a sua actividade se tornara nociva para os interesses da colónia, sendo em grande parte responsável pela insubordinação dos grumetes e Papéis.

Independentemente das actividades concretas a que se teria dedicado, tudo indica que a Liga, mesmo que por um período de tempo relativamente curto, marcou a vida cultural e política da colónia.

Alguns descendentes dos membros da Liga tiveram um papel social que não deve ser negligenciado. Alguns envolveram-se directamente na política, enquanto que outros optaram por se manter relativamente distante das actividades desta natureza. Mas a sua intervenção social não deixou de ter reflexos no que se tem vindo a analisar como o processo de constituição da elite política guineense.

No seu recente livro sobre a sociedade civil rural na Guiné-Bissau, Forrest dá-nos conta que nos anos 15 muitos mestiços e grumetes em Bissau opuseram-se virulentamente à campanha Pinto-Injai planeada pelo governador. Eles usaram todas as manobras políticas à sua disposição para evitar que a campanha tivesse lugar.

Estamos perante um exemplo de como, mesmo não visando a conquista do poder de Estado, e não pondo em causa o poder colonial, alguns actores sociais estarão a ter um intervenção marcadamente política. E a decisão das autoridades coloniais de proibir, através de uma publicação, as actividades deste grupo e de considerar “rebelde” qualquer mestiço, era revelador da dimensão política que as actividades desta camada assumiam.

O que estamos a propor é uma interpretação que vê nesses actos um momento de constituição de uma opinião e de um espaço públicos, embora incipientes, e do embrião de um espaço político que se define menos por uma intencionalidade estatal, mas por actos cívicos tendentes a criar um espaço de interacção social, onde seja possível negociar, influenciar ou até contestar decisões com algum impacto social.

Por influência ou não destas acções, a administração geral da província sofreu profunda alteração em virtude de reformas legais que estabeleciam novas bases para a governação ultramarina no regime da descentralização administrativa.

II. A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA E O SEU CONTRIBUTO NA FORMAÇÃO DA ELITE POLÍTICA MODERNA

1. O prelúdio da libertação nacional

As reformas empreendidas pelas autoridades coloniais não alteraram o modelo de colonização, cujo principal paradigma consistia na assimilação e integração dos povos colonizados. Este paradigma traduzia-se numa política que por um lado advogava a manutenção das “tradicionalistas” formas de organização social e política, bem como dos líderes tradicionais nas suas respectivas estruturas políticas, mas por outro lado preconizava a constituição de uma classe de intermediários entre o poder colonial e as populações locais a fim de facilitar os contactos entre esta e as estruturas ditas tradicionais.

Este último aspecto consubstanciou-se num processo iniciado entre finais do século XIX e princípios do século XX. A integração tímida de alguns quadros na administração colonial, desempenhando funções subalternas.

Alguns destes africanos valeram-se da sua inteligência e instrução para galgar as hierarquias da administração colonial. Neste contexto podem-se citar nomes como os de Caetano Sá, José Lacerda, Lima, Reis, Viriato Gomes da Fonseca e Adolfo Ramos⁵.

Se por uma lado se tem que reconhecer que os guineenses que até então tinham ocupado cargos de chefia na administração pública colonial não chegaram a ter posições dominantes na estrutura do campo do poder, não é menos verdade que a sua acção enquanto grupo já se fazia sentir na cadeia de dominação.

Um grupo do qual se vai recrutar uma parte do embrião da elite política é composto por comerciantes. Nomes como Benjamim Correia, Mário Lima Wahnnon, Mamadú Ly eram notáveis.

No seio deste grupo que se notabilizou pelos seus dotes intelectuais encontravam-se alguns professores como Godefredo Gurmão de Sousa, mais conhecido por Tio Tátá, Luís Pontes, Juvenal Cabral, pai de Amílcar Cabral, Carlos Frederico Hopfer e outros.

⁵ Filho de pai português e de mãe guineense, José Lacerda não ascendeu mais na hierarquia porque era tido pelos colonialistas como uma pessoa engajada na política de contestação à presença colonial na Guiné. Ele teria ascendido mais alto quando entrou na Assembleia Legislativa. Segundo o depoimento de um dos nossos era considerado uma pessoa muito hábil na escrita.

O denominador comum destas três facções, o “laço sociológico unificador” para utilizar uma expressão de Karl Mannheim, era a sua alta consciência política relativamente à situação social dos guineenses, que não deixava de causar indignação e, em alguns casos, revolta. Era um movimento pouco estruturado, mas já introduzira atitudes e posturas políticas de cariz reivindicativo.

A consolidação da estrutura administrativa colonial reforçou, assim, a proeminência política de um pequeno número de africanos. É este grupo de pessoas, em parte constituído por caboverdianos obrigados a emigrar de Cabo Verde para a Guiné, descendentes destes e mestiços, e sobretudo destacados elementos da comunidade local, que queremos ver como o embrião da elite política, sendo que o conceito que serve de base à nossa definição é aquele que considera elite um grupo de pessoas que para além de se destacar do comum dos cidadãos pelo seu nível de instrução sobressaem no alto da hierarquia, tem acesso a instituições que lhe criam oportunidade para influenciar decisões⁶.

Não é de estranhar que a este grupo tivessem pertencido pessoas com ligações, por vezes fortes, a Cabo Verde. Pelas razões históricas analisadas anteriormente, dificilmente seria concebível, tanto na perspectiva histórica como da actualidade, uma elite local sem uma componente caboverdiana.

Esta ascendência caboverdiana de uma parte considerável dos que vieram a constituir a elite social, cultural e política da Guiné levou a que muitos guineenses de origem passassem a ser considerados, simplesmente, “caboverdianos”. O conceito de *caboverdiano*, que servia para designar o originário de Cabo Verde, ganhou uma conotação marcadamente sociológica, passando a significar aqueles que tinham privilégios sociais. Mais tarde, o conceito será substituído na gíria guineense pelo de *burmedjo*. E deste modo, Luís Duarte não estará muito longe da verdade quando considera *caboverdiano* “o guineense que perdeu a etnia”⁷.

O facto de o colonialismo lhes ter concedido determinados privilégios, permitiu aos descendentes de caboverdianos de ter acesso mais cedo à educação, de ser mais fluentes na língua portuguesa e de se familiarizarem com aspectos da cultura ocidental. Estes factores permitiram, por sua vez, que os membros desta elite pudessem ser designados como funcionários da administração colonial.

Mas estes privilégios foram progressivamente estendidos aos descendentes dos chamados indígenas ou “gente de terra”.

O ensino missionário encarregara-se de formar os primeiros assimilados, transmitindo-lhes não só os conhecimentos científicos básicos, mas igualmente uma

⁶ Emprestamos este conceito, simultaneamente, a Raymond Aron (1960: 267) para quem a elite representa “o conjunto daqueles que, nas suas diversas actividades, se sobressaíram no alto da hierarquia e ocupam posições privilegiadas que consagra a importância seja dos rendimentos seja do prestígio” e Wright Mills (1975: 19) para quem “ser célebre, ser rico, ter poder, exige o acesso às principais instituições, pois as posições institucionais determinam em grande parte as oportunidades de ter e conservar essas experiências a que atribui tanto valor”.

⁷ Informações recolhidas em entrevista conduzida pelo autor a 20.03.03 em Bissau.

moral e normas de conduta compatíveis com as do colonizador. Alguns chegaram a frequentar o ensino em Portugal.

Muitos, como foi o caso da família Turpin e Carvalho de Alvarenga, mantinham ligações com familiares seus residentes em países vizinhos, nomeadamente no Senegal e na Guiné-Conacri, onde a situação da educação para os nativos era bastante melhor, como também era mais avançada a constituição de um espaço público. A circulação da imprensa escrita entre os dois lados da fronteira contribuiu para melhorar as condições de surgimento de um movimento contestatário. A movimentação de pessoas entre países vizinhos reforçou o intercâmbio de ideias através da imprensa.

Um dos nossos interlocutores chegou a afirmar que a actuação dos percussores do movimento independentista se deveu muito à relação que se mantinha com os territórios vizinhos⁸. O facto de os senegaleses serem considerados cidadãos franceses não deixava de causar alguma revolta entre muitos guineenses.

A Guiné-Conacri acabara de se tornar independente e a evolução da sua situação política exercia igualmente uma considerável força de atracção sobre muitos países africanos e, em particular, sobre os países vizinhos.

A actuação do núcleo dos primeiros contestatários da presença colonial transcendeu, porém, os países vizinhos. Ela estendeu-se ao Ghana de Nkrumah e à Etiópia de Hailé Selassié, parceiros de quem o movimento recebeu apoio material e financeiro, por vezes sob forma de bolsas de estudo.

Malama Bacai Sanhá defende que é no seio destes protagonistas que se vão recrutar os primeiros elementos da elite da “Províncias portuguesas” de indigenato. Sanhá defende que, embora não se possa falar de uma verdadeira elite política por essas alturas, podia-se considerar como políticos os protagonistas da saga de libertação.

Alguns destes assimilados não tinham vínculos familiares com as elites dos finais do século XIX, o que significa que se está perante um complexo processo social, em que ao lado da habitual reprodução social, se verifica alguma “renovação” social, consistindo esta na ascensão de certas famílias a partir do nível zero da hierarquia social, e reforça a concepção segundo a qual o processo de formação da elite política na Guiné-Bissau é marcado por continuidades e rupturas.

As famílias Barreto, Carvalho de Alvarenga e Vaz continuavam a ser nomes sonantes na sociedade guineense, sendo por muitos julgados como detentores de um considerável capital social e cultural, mas pouca influência tiveram na destruturação do aparelho colonial e no muito limitado espaço político dos anos 50. A sua influência na vida política e nos destinos do país tinha-se desvanecido perante o aparecimento doutros nomes ligados aos ideais de libertação nacional, que vão ser protagonizados por actores sociais ligados às famílias Cabral d’Almada, Pereira, Lacerda, Barbosa, Turpin, Fortes, Correia e outras.

Dentre os que fazem parte da actual elite política há que distinguir os que o são devido à luta de libertação isto é, por força das circunstâncias, dos que mesmo sem a

⁸ Entrevista com Rui Barreto, 24.03.04, em Bissau.

luta, devido à sua posição social e à vida que já levavam, à sua proveniência familiar, ao seu nível de formação académica, bem como à sua consciência política, iriam transformar-se em elite.

Amílcar Cabral teve a inteligência de aproveitar esta dinâmica para inscrever na ordem do dia a libertação dos povos das colónias de Portugal e de criar o PAI, em Setembro de 1956. E, desde então, a visibilidade da luta nacionalista não parou de crescer.

Este facto levou muitos dos protagonistas de então a considerar que a política teria começado só a partir dos anos 50, altura em que começam a aparecer estas primeiras movimentações visando a independência da Guiné⁹.

Segundo as análises legadas por Amílcar Cabral, é uma elite burocrática, conhecedora dos mecanismos e das limitações do aparelho colonial português, que não só esteve à altura de dirigir a luta pela independência, como é aquela capaz de herdar do colonizador o aparelho de Estado e o próprio poder político, constituindo-se no núcleo principal da elite política ou elite do poder (Cabral 1978).

Constituiu-se assim um outro pólo do que mais tarde viria a constituir o embrião da elite política guineense, criando uma esteira sobre a qual se poderia desenvolver uma articulação entre facções da elite política moderna e tradicional.

Tendo-se oposto à criação de um quadro político adequado, isto é, autónomo e, eventualmente endógeno, o colonialismo português criou condições para que a partir de uma determinada altura a actividade política se ligasse ao movimento de contestação, neste caso à luta de libertação. A partir dos anos 50 pôde começar-se a falar de uma classe de revoltados, que progressivamente se constituiu no germe da futura classe política¹⁰. A constituição do PAIGC e o desenvolvimento das suas actividades vieram dar um novo alento ao processo de constituição de uma elite política e de um espaço político autónomo.

Os principais protagonistas deste movimento eram caracterizados, inicialmente, por uma certa juventude e por um nível de formação relativamente baixo. A experiência política e a formulação teórica dos objectivos e estratégias de libertação nacional tiveram assim que ser feitas num contexto sócio-cultural e político bastante adverso.

Perante estas condições, torna-se ainda mais evidente a grandeza daqueles que se guindaram a níveis relativamente altos de elaboração teórica, como foi o caso de Amílcar Cabral e seus companheiros oriundos das outras colónias de Portugal.

Este grupo de nacionalistas rapidamente ganhou experiência devido às exigências da própria luta, e, entre outras razões porque a ele se associaram alguns indivíduos com formação académica mais avançada, provenientes sobretudo de Portugal.

Nos inícios dos anos 70 estavam a regressar os primeiros engenheiros, médicos, e

⁹ Opinião defendida por Augusto Barreto e João Vaz em entrevistas acordadas, respectivamente, a 19.03.03 e 22.03.3, em Bissau.

¹⁰ A este movimento estão ligados nomes como os de Carlos Correia, Elisé Turpin e Víctor Robalo, etc..

farmacéuticos para engrossar os quadros do PAIGC. O intenso intercâmbio de experiências e de conhecimentos, aliado a uma vontade política de superação e de formação de quadros revelaram ser não só uma estratégia altamente benéfica para o sucesso da luta pela libertação, como também se transformaram em factores catalisadores da constiuição de uma intelectualidade da luta e, num segundo plano, embora não menos importante, do núcleo da elite política pós-colonial.

Influenciado sobretudo pelas ideias revolucionárias de A. Cabral, o grupo revelou, durante a luta, uma alta consciência política e um alto sentido de responsabilidade relativamente à missão histórica que recaía sobre os seus ombros.

Ainda durante a luta constitui-se um directório de políticos ligados ao processo de libertação nacional. Destacaram-se nomes como da Costa, Mendes, Almada, Pereira, Vieira, etc. Uma parte deste directório era constituído por pessoas oriundas das camadas sociais que não faziam parte do topo da pirâmide da sociedade colonial. Alguns eram descendentes de membros da Liga Guineense como é o caso de Constantino Teixeira (Tchutchu Axon), neto de António Santos Teixeira.

Por ter sido o único que assumiu de uma maneira consequente a luta pela libertação nacional e ter praticamente eclipsado os outros movimentos de libertação nacional, os quadros do PAIGC chegaram à independência política comportando-se como a única organização política capaz de assumir as tarefas de reconstrução do país, isolando e, nalguns casos, perseguindo, todos aqueles que, por uma razão ou outra, não tinham participado nessa luta. O poder político e as posições chave foram arrebatadas por indivíduos oriundos, na sua maioria, das camadas mais baixas (camponeses, assalariados, lumpen-proletariado), que na maior parte dos casos tiveram menos possibilidades para se educar durante a época colonial, mas que durante a luta tinham tido a oportunidade de o fazer.

Assim, criou-se um conflito entre aqueles que, embora tivessem uma instrução académica limitada e experiência administrativa incipiente, eram supostos ser os melhor preparados politicamente para dirigir o Estado e as novas instituições políticas, e aqueles que, não tendo uma preparação política adequada, se julgavam aptos a dirigir o novo aparelho de Estado porque possuíam uma melhor instrução académica e maior experiência da administração pública. A correlação de forças na altura ditou que o conflito ficasse resolvido a favor do primeiro grupo, isto é, dos que vinham das *matas*.

A assumpção do poder político por parte dos “menos” preparados contrariou assim a teoria sociológica funcionalista de estratificação social ensaiada nos anos 50, nomeadamente por Davis e Moore, que postula que normalmente são os “melhor” preparados que ocupam as funções mais altas. E, deste modo, a luta de libertação nacional constituiu uma autêntica revolução social, na medida em que permitiu uma rápida ascensão social dos que outrora se encontravam na base da pirâmide social. A mobilidade social outrora retida pelos mecanismos clássicos de discriminação social foi, neste caso, facilmente conseguida, constituindo-se quanto a nós num dos fenómenos sociais e políticos mais marcantes da conquista da independência.

III. A ELITE POLÍTICA NA FASE PÓS-COLONIAL

1. O período de partido único

A mobilidade social que se conseguiu graças à luta de libertação nacional e que permitiu a que os outrora menos privilegiados ascendessem socialmente, não parou o processo de elitização, emprestando-lhe apenas outros contornos.

Nos primeiros anos que se seguiram à data da independência política o poder foi monopolizado pelo grupo daqueles que vieram das matas. Num esforço de barrar a esfera do poder a todos os que eram considerados estranhos à luta de libertação nacional, este acabou por ficar nas mãos de um grupo restrito de pessoas.

Nem todos os que tinham participado na luta pela independência ascenderam às hierarquias superiores do novo Estado. Mas a distribuição do poder foi feita de uma forma tal que mesmo os que não participavam directamente no seu exercício, tiveram a sensação de o representar e dele emanar a sua legitimação. Tanto assim foi que as estruturas intermédias do Estado foram ocupadas por indivíduos sem preparação técnica.

A fase pós-independência foi assim de constituição de uma elite política e de um poder elitista, i. e., prisioneira da sua alienação a um poder político exclusivista, embora de aparência popular, portanto populista.

A nível do partido, constatamos que após a proclamação do PAIGC como força política dirigente da sociedade, tratava-se de completar o monolitismo em relação à sociedade com a consolidação de um poder igualmente elitista.

Uma parte considerável do que se podia considerar a intelectualidade da luta foi incapaz de continuar a superar-se culturalmente após a conquista da independência. Salvo raras excepções, a maioria caiu num conformismo que a impediu de progredir, quer politicamente quer do ponto de vista cultural.

Poucos membros do partido estavam realmente comprometidos com algum programa ideológico ou político, excepto para assentar a autoridade do PAIGC. Limitavam a professar compromisso com um vago e indefinido conceito de nacionalismo africano¹¹.

Entretanto, as tarefas políticas tinham-se tornado mais complexas. Para colmatar a sua falta de preparação os governante fizeram recurso à estratégia de proclamar intocáveis todos os que estiveram na luta, escudando-se atrás de uma legitimidade histórica conquistada através da luta.

A situação que se seguiu ao 14 de Novembro de 1980 reforçou esta tendência de concentração de poderes e de uma elitização da classe política. Um conjunto de alterações institucionais vieram reforçar o poder do Presidente. Algumas estruturas do poder executivo foram incorporados directamente no gabinete do Presidente. A eliminação do posto de Primeiro Ministro ajudou a concentrar o poder nacional na Presidência.

¹¹ Ver Forrest, *op. cit.*, p.46.

Todo o desenvolvimento de uma classe que escapasse ao controle do grupo dos que vieram da luta ou que não caísse nas graças destes, foi morto ainda em embrião, pelo menos até 1991.

A elite política actual sofre por isso de duas heranças negativas: de uma política repressiva colonial que não deixou que se desenvolvesse uma elite política autóctone e mais tarde, da do Estado pós-colonial que, por causa de uma política repressiva de partido único, não permitiu igualmente o desenvolvimento de uma sociedade civil autónoma e muito menos a constituição de uma classe política independente do partido único.

Esta situação começou a alterar-se a partir do momento em que o país, obcecando aos ventos da mudança, abraçou a vaga de liberalização que se abateu sobre África nos finais da década de 80 e princípios de 90.

2. O período da transição liberal

Nos finais dos anos 80 a liberalização económica entra num período de uma certa sobreposição com a liberalização política, configurando um complexo processo de imbricação entre as dimensões económica, social e política.

Num interessante texto sobre o processo democrático na Guiné-Bissau, Raúl Fernandes define a transição democrática como a representação política de um processo social de transformação da classe burocrática do Estado numa burguesia comercial e fundiária, com uma maior atomização das classes populares através da multiplicação dos sindicatos, associações, partidos e ONG (Fernandes, 1994). Dos trabalhos a que tivemos acesso, nenhum conseguiu resumir melhor do que este as transformações políticas que tiveram lugar neste país entre meados da década de 80 e princípios de 90.

Tendo-se iniciado, aproximadamente na segunda metade dos anos 80, a transição liberal assumiu-se como um processo marcado por pelo menos três traços: 1) a incapacidade do Estado em continuar a ter um papel central na economia e a consequente retracção da classe burocrática de Estado na gestão dos assuntos económicos; 2) a emergência de uma nova classe de empresários, cuja base económica assentava nos empréstimos concedidos pela comunidade internacional; 3) a introdução de critérios mais rigorosos nos gastos públicos.

Nesta fase, assiste-se a um processo de transformação social e de transferência progressiva das bases da acumulação do Estado para o sector privado, reforçado pelas imposições do Banco Mundial e do FMI, que exigem como critérios de financiamento o “desengajamento” do Estado e a privatização das principais unidades económicas. A canalização dos financiamentos externos prioritariamente para o sector comercial e agrícola e a sua concomitante apropriação por um grupo ligado ao Estado, criou as bases para o aparecimento de uma burguesia comercial e agrária que, por falta de melhores bases económicas, continuou ligada a um aparelho de Estado centralizado

na figura do Presidente¹². Através deste “bonapartismo presidencial” se redistribuiu a mais valia internacional, massivamente introduzida no país pelas instituições internacionais.

A classe burocrática do Estado descuidou-se em gastos supérfluos e cada vez mais estranhos às técnicas de uma gestão moderna da coisa pública. Os novos ricos começaram a destacar-se na nova economia liberal como os mais capazes de manipular a economia e com influencia crescente nas tomadas de decisão.

Paralelamente ao nascimento de uma burguesia nacional, começou a destacar-se um grupo de quadros, cuja influência nas tomadas de decisão também se torna cada vez mais notória. Oriundos de camadas sociais diversas (camponeses, assalariado urbano e pequena burguesia) eles tinham em comum o domínio das técnicas de gestão do aparelho de Estado e um capital cultural relativamente elevado. Exercendo funções como a de director de gabinete, assessor ou conselheiro eles vão constituir o núcleo do que se poderia designar de nova tecnocracia.

Com a afirmação deste novo grupo de quadros, o centro das decisões políticas e económicas tende a deslocar-se dos tradicionais sítios (parlamento, órgãos superiores do partido e governo) para grupos de influências *ad hoc*, agências, comissões especializadas e institutos.

Assim, o crescimento da classe empresarial reclamando um novo nicho na sociedade, o descontentamento popular e o despertar de uma nova consciência cívica e democrática reduziram as bases do sistema “bonapartista presidencial” e empoderaram o curso da liberalização económica, social e política.

Porém, entre esta opção de liberalização e a institucionalização de um regime democrático havia um longo caminho a percorrer. A pressão das camadas desfavorecidas com o programa de liberalização económica, sobretudo do assalariado urbano, o assumir de uma maior protagonismo por parte de certos sectores da sociedade política, encarregaram-se de reduzir esta distância e colocar na agenda a democratização.

Como constata Boone para muitos outros casos em África, nomeadamente para o Senegal, ao abrir o sistema económico à lei do mercado, as autoridades políticas não imaginavam que as mudanças económicas pudessem abrir as portas a mudanças políticas profundas, incluindo a passagem de um sistema monopartidário ao sistema pluripartidário (Boone 1999).

Ao anunciar a liberalização económica, a elite política não tinha a intenção de liberalizar a vida política e criar um precedente à reconfiguração da ordem política. Mas esta acabou por se verificar na maior parte dos países por pressão das camadas desfavorecidas, inicialmente através da contestação das injustiças económicas, mas

¹² Inicialmente, a liberalização não criou uma clivagem clara entre a classe burocrática do Estado e a burguesia nascente. A descapitalização da classe empresarial fez com que esta continuasse dependente do Estado e dos seus agentes para o financiamento das suas actividades. Por outro lado, aproveitando-se da sua posição privilegiada no aparelho de Estado, alguns dos membros da classe burocrática do Estado transformaram-se em empresários activos.

mais tarde pela pressão de outros actores sociais para introduzir mudanças políticas, nomeadamente no tipo de regime.

No caso da Guiné-Bissau, com a queda do “bonapartismo” são as bases do próprio Estado centralizador que são postas em causa. De facto ou *de jure*, a abertura política criada pela erosão da autoridade e legitimidade do Estado, a decadência e/ou fragilização das velhas redes de *patronage* e de estruturas corporativistas, reduziram a capacidade do regime em subornar ou absorver potenciais grupos de oposição, levando-a a ceder às pressões políticas e económicas do exterior e a aceitar abertamente a liberalização política.

Tal como nos elucidam os autores de “the african state at a critical juncture...” à fragilização do Estado corresponde uma reconfiguração do espaço político, reconfiguração esta entendida no sentido de aparecimento de novos actores políticos e de nascimento e reinvenção das relações de poder entre os diferentes grupos de interesse.

As mudanças sociais e políticas ocorridas na sociedade guineense desde a segunda metade da década de 80 afectaram a posição e o papel dos diferentes actores sociais, bem como a relação de forças entre eles. No plano político-social constatamos que a uma classe de Estado formada a seguir à independência se acrescenta um proto-empresariado que, valendo-se do seu crescente peso económico, também procura um nicho na sociedade. Os camponeses, embarcados neste jogo sem entenderem exactamente as regras que o orientam - pelo menos as ditadas pelas instituições económicas internacionais - também viram a sua vida transformar-se, para pior segundo alguns e para melhor segundo outros.

A formalização de um novo sistema político em 1991 e as alterações institucionais que se lhe seguiram iniciaram um processo de criação de condições para uma intervenção política cada vez mais acentuada de outros sujeitos sociais, que até aqui tinham tido pouca visibilidade. Organizações políticas, grupos de interesse organizados e agrupamentos sociais surgem como cogumelos na primavera, povoando os “novos” espaços sociais e políticos.

3. Entre a manutenção do *statuo quo* e a renovação

Segundo os teóricos da elite, os processos políticos são marcados, entre outros traços, por uma luta constante entre a elite governante e a elite alternativa. O processo político decorre entre estas duas minorias, sendo portanto fundamental a relação entre estes dois centros de poder. Na sua opinião, é uma dinâmica que não pode ser bloqueada, mesmo nas sociedades autocráticas.

Segundo Marques Bessa, as gradações da mudança dependem da habilidade da elite governante em se manter no poder, manutenção que é função do combate mais ou menos vitorioso contra a degradação interna e contra a ameaça proveniente da elite alternativa, ameaça tanto mais significativa quanto mais próxima estiver de conformar uma elite de mérito (Bessa, 1993).

Na opinião deste autor, as respostas lógicas ao problema podem resumir-se às duas vias mencionadas por Aron: absorção e eliminação. Nas sociedades autocráticas e de

partido único que predominaram em África desde 1960 até aos finais da década de 80, esta segunda foi a eleita dos políticos. Esta prática, à qual está associado o uso da violência tal como ela é entendida por Pareto, tende aliás a resistir, inclusivamente após as vagas de democratização.

Nos sistemas democráticos que a África começou a experimentar de uma maneira maciça a partir dos princípios dos anos 90, esta luta está à partida legitimada pela Lei constitucional e coloca por isso limites a práticas suicidárias.

Mas o nosso autor reconhece igualmente que os sistemas políticos africanos continuam a ser híbridos e por isso as duas vias nem sempre se deixam distinguir nitidamente. A verdade é que em poucos casos se deu a substituição pura e simples da “velha” elite ou a total absorção da “nova” pela “velha” elite política.

No caso da Guiné-Bissau, a mudança de uma elite por outra passou e talvez ainda esteja a passar por um longo e complexo processo de entrada em cena de novos elementos, mas igualmente por alguma integração/assimilação mútua entre os velhos e os novos.

Os políticos que integram as novas formações políticas criadas após a introdução do multipartidarismo em 1991 são na sua maioria dissidentes directos do PAIGC quer dizer, pessoas que num passado não muito longínquo militaram neste partido, ou indivíduos cuja infância e juventude foram bastante marcados por uma educação política feita sob o regime de partido único.

Mais do que de uma renovação da elite política, devia-se era falar de uma recomposição da mesma, recomposição esta que, ao mesmo tempo em que engloba a entrada de novos elementos, tolera a manutenção dos velhos.

Podemos distinguir, contudo, dois momentos que marcaram o processo de recomposição da elite política pós-independência na Guiné-Bissau. O primeiro está intimamente ligado à liberalização económica e social ocorrida na segunda metade dos anos 80, tendo como um dos momentos mais altos as eleições de 1994. O segundo momento ocorre nos finais da década de 90, como consequência directa dos resultados das eleições de Novembro de 1999.

Com as eleições de Novembro de 1999, pela primeira vez na história política do país, o PAIGC, partido que dirigiu a luta pela independência durante 11 anos e assegurou os destinos da nação durante os primeiros 25 anos de governação pós-independência, viu-se afastado do poder. Os resultados das segundas eleições conferiram-lhe o terceiro lugar no parlamento, com 22 deputados.

Mas o PAIGC continuou a estar presente em alguns órgãos políticos importantes como a presidência da Assembleia Nacional Popular, cujo Primeiro Vice-Presidente é um homem das suas hostes. Do governo do PRS (Partido de Renovação Social) que se seguiu as eleições de 1999 chegaram a fazer parte dois membros ou ex-militantes do PAIGC, nomeadamente o Ministro da Defesa e o Secretário de Estado do Turismo, sendo o primeiro um histórico do partido.

A nível do executivo, constatamos que o governo que saiu destas eleições começou por ser de base alargada, constituído pelo PRS, com uma maioria no parlamento, e o Movimento Bafatá, até aí considerado o maior partido da oposição. Embora de orientação política diferente, tanto o Presidente da República quanto o Primeiro Ministro de então fazem parte de uma nova geração da classe política. O governo constituiu-se assim, essencialmente, de políticos sem nenhuma experiência governativa, começando pelo próprio chefe do executivo¹³.

Por seu turno, os deputados da recém-formada Assembleia, para além de possuírem fracos conhecimentos académicos, são na sua maioria politicamente inexperientes e, por causa destas limitações, dificilmente conseguem acompanhar os “dossiers” e votar em consciência sobre eles. O parlamento carece de reforço da capacidade por forma a desempenhar o controle político sobre o governo e ter capacidade técnica e política para participar na feitura de leis e demais mandatos.

Resumindo, pode-se dizer que com a liberalização económica e social e a consecutiva abertura política, nomeadamente através da realização de duas eleições multipartidárias, tendo a última desembocado numa alternância do poder, abriu-se a possibilidade de um certo rejuvenescimento da elite política, nomeadamente através da consolidação do papel dos partidos políticos na cena política e através das eleições competitivas. Mas este rejuvenescimento não tem sido tão linear e, sobretudo não se tem traduzido numa nova forma de fazer política, o que faz com que o processo de constituição desta “nova” elite política seja marcada por um conjunto de características, dentre as quais se poderia destacar a ausência de uma cultura democrática e a ausência e/ou pouca internalização de uma ideologia e de programas políticos coerentes.

No fundo, a instauração de uma prática democrática consequente tarda a chegar. Os próprios líderes políticos ainda não interiorizaram os valores democráticos. Para além de muitos partidos da oposição se resumirem ao seu líder, sem uma base social significativa, a democracia interna só funciona no sentido do respeito escrupuloso do que o líder diz e decide. A voz dos restantes membros do partido pouco conta. As estruturas e instâncias do partido funcionam com muita deficiência. A luta pelo poder é confundida com a luta entre líderes políticos, num claro sinal de luta pelo protagonismo.

A recomposição dos actores políticos e a diversificação das trajetórias seguidas não provocaram uma verdadeira renovação da elite, nem na sua composição social, nem no seu comportamento. Observamos uma permanência e até uma exacerbação de certas práticas políticas, ligadas aos mecanismos de legitimação e das modalidades de representação política, com a predação e a corrupção, a ponto de se poder perguntar: a quem serve a democracia?

BIBLIOGRAFIA

Aron, Raymond, *Classe sociale, classe politique, classe dirigente*. Archives Europeennes de Sociologie, 1, 1960, pp. 260-281.

¹³ Magistrado de carreira e ex-Adjunto do Inspector Superior Contra a Corrupção, o actual chefe do governo tinha-se estreado recentemente, em Fevereiro de 1999, nas funções políticas como Ministro da Administração Interna do Governo de Unidade Nacional (Banobero, 21.02.00)

- Auriac**, Franck & Brunet, Roger (1986) *Espaces, Jeux et Enjeux*, Fayard, Fondation Diderot, s/local.
- Bakary**, T. D., *Les Elites Africaines au Pouvoir (problématique, méthodologie, état des travaux)*, Bibliographie du Centre d'Etude d'Afrique Noir, No.2/3, 1990.
- Barbosa**, Honório: Os indígenas da Guiné perante a lei portuguesa, in BC, Vol. II, Abril de 1947, No. 6, p.343-362
- Barreto**, João: *História da Guiné*, 1418-1918, Edição do autor, Lisboa, 1938
- Bessa**, A. M. , *Quem Governa? Uma Analise Histórico-Politica do Tema do Elite*, Instituto Superior de Ciencias Sociais e Politicas, Lisboa, 1993.
- Blanchet**, G., *Elites et changements en Afrique et au Senegal*, ORSTOM Paris, 1983.
- Brooks**, G. : Historical Perspectives on the Guinea-Bissau Region, Fifteenth to Nineteenth Centuries, In Vice-Almirante ^a Teixeira da Mota, In memoriam, Academia de Marinha, IICT, Lisboa, 1987, 277-304.
- Carrilho**, M., *Forças Armadas e Mudança Politico em Portugal no Sec. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Estudos gerais Série Universitaria, Lisboa, 1985.
- Costa Dias**, E., "A Balantização da Guiné-Bissau", *Público*, 16.02.00.
- Daloz**, J.-P. é **Quantin**, P. (edts), *Transitions démocratiques africaines. Dynamiques et contraintes (1990-1994)*, Karthala (Paris), 1997.
- Daloz**, J.-P. (sous la direction de), *Te (non-) renouvellement des elites en Afrique subsaharienne*, Centre d'Etude d'Afrique Noir, 1999.
- Diouf**, Mamadou & **Diop**, M.-C., *Les figures du politique en Afrique. Des pouvoirs hérités aux pouvoirs élus*, CODESRIA/Karthala, Dakar/Paris, 1999.
- Liberalisations politiques ou transitions démocratiques: Perspectives africaines*, CODESRIA, Nouvelles pistes, No. 1-1998.
- Diouf**, Makhtar, "Elites africaines, aliénation culturelle et sous-développement", *Afrique 2000*, février 94.
- Furtado**, C. Génese e (Re)Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde, ICL, Praia, 1997
- Gaillard**, G., "Guinée-Bissau: un pas douloureux vers la démocratie", *Afrique contemporaine*, No.19 ç, juillet-september 1999, pp.43-57.
- Guy**., *Les desencantements de la liberté, la sortie des dictatures dans les années 1990*, Paris, Fayard, 1993.
- Ihonvberé**, J., "Is democracy possible in Africa? The elites, the people and civil society", *Quest*, Vol. VI, No.2, December 1992, pp.85-108.
- Johnson**, G. Weslei: *Naissance du Sénégal contemporain. Aux origines de la vie politique moderne (1900-1920)*, Karthala, Paris, 1991.
- Lasswell**, H. M. et al, *The comparative study of elites*, The Hoover Institute, Stanford University Press, Stanford, 1952.
- Lévy**, J., « L'espace et le politique: quelles rencontres? », in *Espaces, Jeux et Enjeux*
- Leftwich**, A. *Redefining Politics*, London and New York, 1983, 11-12, citado Segundo
- Lopes**, C., *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*, Edições 70, Lisboa, 1982.
- Koudawo**, F., "Guiné na rema, Bissau na djungu (I)", BANOBERO (Bissau),
- Mannheim**, K., *Essays on the sociology of culture*, London, Knowledge, 1956.
- Mbembe**, A., "Esboços de uma democracia a africana", In *Le Monde Diplomatique*, (edicao portuguesa), Outubro 2000, Ano 2, No.19, pp.16-17.
- Mendy**, Peter Karibe: *Colonialismo Português em África: A Tradição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, INEP, Bissau, 1994.
- Messiant**, C., A propos des "transitions démocratiques". Notes comparatives et préalables a l'analyse du cas angolais", *Africana Studia* (Porto), No.2, 1999, pp.61-

96.

Mills, Wright, *A Elite do Poder*. RJ. Zahar Editores, 1975

Miranda, F.: “Grandes Famílias luso-africanas guineenses ou Gans no séc. XIX: seu papel na integração urbana dos autóctones-Subsídios para o seu estudo”, in *Bolama entre a Generosidade da Natureza e a Cobiça dos Homens*, INEP, 1996.

Monteiro, Nuno G. F. (2003) *Elites e Poder. Entre o antigo regime e o Liberalismo*, Coleccção Análise Social, ICS, Lisboa.

Ostheimer, A., *Demokratisierungsprozesse in den lusophonen Staaten Afrikas*, Institut für Afrika-Kunde (Hamburg), 1999.

Pélissier, P., Naissance de la Guinée,

Pereira, A., Guiné-Bissau e Cabo Verde. Uma luta, um partido, dois países, Notícias Editorial, Lisboa, 2002.

Schraeder, P., "Political Elites and the Process of Democratisation in Africa", In *The democratisation of disempowerment. The Problem Of Democracy in the Third World*, Edited by Jochen Hippler, Pluto Press, Padstow, 1995

- "Elites as Facilitators or Impediments to Political Development? Sonic Lessons from the "Third Wave" of Democratization in Africa", *The Journal of Developing Areas*, 29 (October 1994), pp.69-90.

Stepan, A., *Rethinking military politics. Brazil and Southern Cone*, Princeton, Princeton Univ. Press, 1988.

Tripp, A. M. “Expanding ‘Civil Society’: Women and Political Space in Contemporary Uganda”, in *Civil Society and democracy in Africa. Critical Perspectives*, Ed. Nelson Kasfir, Frank Cass, London, Portland, OR, 1998.

Vicente, Pe. João, Dias: Subsídios para a biografia do sacerdote guineense Marcelino Marques de Barros (1844-1929)

Wallerstein, I. “Elites in French-Speaking Africa: The Social Basis of Ideas “, *The Journal of Modern African Studies*, No. 1 (1965), pp. 1-33.

Wamba-dia-Wamba, "Beyond elite politics of democracy in Africa", *Quest*, Vol. VI, No.1, June 1992, pp.29-42.

Weber, M., *Economie et société*, Paris, PLON, 1971.